



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA LIVIANE DO NASCIMENTO LIMA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: INSERINDO O COLORISMO NO DEBATE
ESCOLAR**

REDENÇÃO

2024

MARIA LIVIANE DO NASCIMENTO LIMA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: INSERINDO O COLORISMO NO DEBATE
ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus de Ceará.

Orientadora: Profa. Dra. Denise da Costa Cruz

REDENÇÃO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Maria Liviane do Nascimento.

L696e

Educação antirracista: inserindo o colorismo no debate escolar /
Maria Liviane do Nascimento Lima. - Redenção, 2024.
45f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Profª Drª Denise da Costa Cruz.

1. Antirracismo - Brasil. 2. Racismo na educação. 3.
Discriminação racial. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.800981

MARIA LIVIANE DO NASCIMENTO LIMA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: INSERINDO O COLORISMO NO DEBATE
ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade monografia, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus de Ceará. Como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 22/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise da Costa Cruz (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, que sempre foram meu alicerce e me proporcionaram todo o apoio necessário. Eles foram minha base nos momentos de desespero e aflição, e sou eternamente grata por cada ensinamento e incentivo que recebi ao longo da minha jornada. À minha querida avó Fátima, que sempre acreditou em mim e me apoiou desde o início da minha trajetória acadêmica. Sua presença, mesmo ausente, continua a me inspirar e iluminar meu caminho. Você foi um dos principais motivos para eu não desistir, pois seu sonho sempre foi ver sua neta formada. Esta conquista é, portanto, uma homenagem a você, que sempre estará em meu coração.

AGRADECIMENTO

Ao concluir esta monografia, expresso minha mais profunda gratidão a Deus, por ter sido minha luz e força em cada etapa desta jornada. Agradeço imensamente ao meu pai e à minha mãe, cujo amor, apoio e ensinamentos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Denise Costa, por sua orientação, paciência e dedicação, que foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico.

Também sou grata às minhas irmãs e ao meu irmão, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção desta monografia. E, por fim, aos meus amigos, que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, incentivo e momentos de alegria ao longo dessa trajetória.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento!

“Se o dom é servir, sirva; se é ensinar, ensine; se é encorajar, que assim o faça; se é contribuir, que contribua generosamente; se é exercer liderança, que a exerça com dedicação; se é mostrar misericórdia, que o faça com alegria.”

(Romanos 12:7-8)

RESUMO

O colorismo é uma forma de discriminação baseada no tom da pele, em que pessoas de pele clara recebem mais privilégios do que aquelas de pele escura. Esse conceito está intrinsecamente ligado ao racismo, ao mito da democracia racial e à ideologia do embranquecimento no Brasil, perpetuando desigualdades e afetando a autoestima e a identidade das pessoas negras. Além do colorismo, a pigmentocracia, que estabelece uma hierarquia social baseada na cor da pele, também reforça a valorização de traços fenotípicos europeus, revelando as camadas de violência física e simbólica que sustentam o racismo no país. Este estudo também destaca a importância de discutir colorismo nas escolas, onde o racismo e a discriminação costumam ser tratados de forma ampla, sem abordar seus efeitos específicos. A Lei 10.639/03, que inclui a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, é um passo importante, mas sua implementação ainda apresenta lacunas, e o debate sobre racismo e colorismo precisa começar desde a educação infantil para ajudar a desconstruir os paradigmas coloniais.

Palavras-chave: Colorismo, Pigmentocracia, Racismo, Educação Antirracista.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	2
2.1. A Pesquisa Qualitativa	3
2.2. A Pesquisa Bibliográfica	5
2.3. Métodos de Coleta de Dados.....	6
2.4. Procedimentos de Análise	7
2.5. Considerações Éticas	7
2.6. Limitações da Metodologia	8
2.7. Aplicação ao Contexto Escolar	8
3. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA SE CHEGAR AO COLORISMO.....	9
4. COLORISMO: ORIGENS, CONCEITOS E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO E PADRÕES DE BELEZA	13
4.1. Conceituando Colorismo.....	13
4.2. Raça e racismo: explorando conceitos	19
4.3. A educação para as relações étnico-raciais.....	22
4.4. A importância do Movimento Negro no Combate ao Colorismo	23
4.5. Colorismo e os padrões de beleza	25
5. POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS: O COLORISMO NA ESCOLA	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

A hierarquização de raças é um problema que assombra o povo negro brasileiro há muitos anos. Mesmo com as diversas políticas que buscam promover a igualdade racial, ainda é perceptível como essa problemática afeta a vida de muitas pessoas diariamente. Diante disso, abordarei aqui o colorismo como ponto central para fomentar essa discussão.

Segundo Alessandra Devulsky (2021), o colorismo pode ser entendido como um sistema sofisticado de hierarquização racial, capaz de atribuir qualidades e fragilidades. No Brasil, essa hierarquização teve origem na implementação do projeto colonial português durante a invasão do território nacional.

É em razão dessa objetificação do corpo humano que muitas pessoas limitam suas capacidades apenas à aparência física, desqualificando-se intelectualmente. Além de não se sentirem pertencentes a determinados espaços, elas também acreditam que seus conhecimentos não são suficientes para integrar o quadro de funcionários de uma empresa conceituada ou até mesmo de uma instituição de ensino.

Aqui, abordarei os conceitos de raça e racismo, explorando como estão relacionados ao colorismo. Além disso, destacarei a influência dos padrões estéticos na construção identitária, especialmente no caso das mulheres.

Vejo a necessidade de elucidar a importância do debate sobre colorismo nas escolas, uma vez que o tema é pouco abordado. Embora se discuta racismo, preconceito e discriminação de maneira ampla, muitas vezes isso é feito de forma superficial, sem explicar claramente para as crianças os efeitos dessas ações. Para enfrentar essa lacuna, é essencial promover atividades pedagógicas que explorem as nuances do colorismo, utilizando materiais diversificados, como histórias infantis, filmes e representações visuais que incluam personagens de diferentes tons de pele.

Além disso, a formação contínua de professores deve incorporar debates sobre o impacto do colorismo, capacitando-os a lidar com o tema de forma sensível e informada. O desenvolvimento de projetos de educação para a cidadania e igualdade racial, que envolvam os alunos em rodas de conversa e dinâmicas interativas sobre a valorização da diversidade de tons de pele, também pode ser uma estratégia eficaz. Por fim, a adoção de uma linguagem acessível e apropriada para as diferentes faixas etárias, especialmente no material didático, ajudará a tornar o colorismo um tema compreensível e relevante desde as séries iniciais.

Vale ressaltar a importância da Lei 10.639/2003 para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, principalmente no ensino fundamental, uma vez que ainda existe uma carência educacional nessa perspectiva. Entre as principais carências, destaca-se a falta de formação adequada de professores, que muitas vezes não recebem capacitação suficiente para abordar o tema de forma eficaz. Além disso, há uma ausência significativa de materiais didáticos que contemplem a diversidade da cultura afro-brasileira, o que limita a aplicação da lei nas práticas pedagógicas. Outro ponto relevante é a predominância de currículos eurocêntricos, que dão pouco espaço para o protagonismo africano e afrodescendente, perpetuando uma visão restrita e parcial da história. A descontinuidade na implementação da lei e a falta de apoio institucional consistente também dificultam o avanço da temática nas escolas. Além do mais, é importante ressaltar que a estigmatização e o preconceito racial no ambiente escolar, muitas vezes, são reforçados pela ausência de uma abordagem crítica e inclusiva sobre essas temáticas.

No mais, a introdução dessa lei no sistema educacional possibilitou que a presença de autores africanos e afro-brasileiros fosse trabalhada em sala de aula de maneira mais efetiva em muitos livros didáticos. Embora a lei seja positiva, a forma como é implementada acaba deixando a desejar, o que é muito importante para uma educação antirracista. Além disso, é fundamental que esse estudo seja implementado principalmente no ensino fundamental como um modo de desconstruir os paradigmas coloniais que nos foram impostos.

2. METODOLOGIA

Diante das questões apresentadas anteriormente, torna-se necessário investigar mais profundamente como essas práticas educacionais estão sendo aplicadas e quais são seus impactos nas escolas. Nesse contexto, opta-se pela pesquisa qualitativa como metodologia, uma vez que ela permite uma análise subjetiva e detalhada dos fenômenos sociais relacionados à educação antirracista. A pesquisa qualitativa é adequada para explorar as nuances do tema, já que busca compreender o contexto em que o indivíduo está inserido e as características da sociedade à qual pertence, permitindo uma análise mais rica e contextualizada.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (Godoy, 1995, p. 21).

Roberto A. Monteiro (1998) destaca que:

[...]podem ser ditas investigações qualitativas aquelas cujas estratégias de pesquisa privilegiam a compreensão do sentido dos fenômenos sociais para além de sua explicação, em termos de relações de causa-efeito. No caso da educação, a investigação qualitativa visa compreendê-la em termos do seu processo e da experiência humana vivida que este envolve. (Monteiro, 1998, p. 06)

Isso significa que a investigação qualitativa não se preocupa apenas com a dimensão dos resultados, como notas ou desempenho, mas sim com o processo educativo e as experiências humanas que o envolvem. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é importante no ambiente escolar, pois permite visualizar os movimentos didático-pedagógicos, o que possibilita uma melhor compreensão da relação entre alunos e professores, bem como das interações entre os alunos, permitindo assim observar como se dá o processo de aprendizagem em grupo.

A pesquisa qualitativa se apresenta como uma ferramenta de análise subjetiva dos fenômenos sociais, por meio da qual é possível realizar estudos que não podem ser quantificados, considerando o contexto em que o indivíduo está inserido e as características da sociedade à qual pertence. Para este estudo, será utilizada a pesquisa bibliográfica, que se concentrará em fontes acadêmicas, como livros e artigos sobre colorismo e racismo, com o objetivo de enriquecer as discussões presentes na monografia.

Essa abordagem permitirá a construção de uma base teórica sólida, utilizando as contribuições de diversos autores para fundamentar e aprofundar o debate sobre o colorismo, suas manifestações e impactos no ambiente escolar. Ao invés de analisar os livros e artigos em si, estes serão usados como suporte teórico para embasar a argumentação e trazer diferentes perspectivas sobre o tema.

2.1. A Pesquisa Qualitativa

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa por sua capacidade de capturar as nuances e complexidades das experiências relacionadas ao colorismo no ambiente escolar. Essa metodologia é especialmente adequada para o estudo do colorismo em contextos educacionais, pois permite uma análise aprofundada das percepções, vivências e desafios enfrentados por alunos e educadores nas relações raciais. O colorismo envolve experiências individuais e sociais ligadas à cor da pele, influenciadas por dinâmicas sociais, culturais e históricas complexas. Ao utilizar a pesquisa qualitativa, é possível captar sutilezas dessas experiências, como as formas discretas de discriminação, a percepção dos alunos sobre a própria identidade racial e a maneira como professores e gestores escolares abordam essas questões.

A pesquisa qualitativa tem suas raízes em múltiplas tradições teóricas, com três principais correntes emergindo na década de 1970 que fundamentam seu desenvolvimento: o enfoque estrutural-

funcionalista, o enfoque fenomenológico e o enfoque histórico-estrutural, baseado no método materialista dialético (Lara e Molina, 2014). Essa multiplicidade de perspectivas enriquece a capacidade da pesquisa qualitativa de abordar fenômenos sociais complexos, como o colorismo. No entanto, é importante notar que, segundo os autores, é impossível definir a pesquisa qualitativa em termos que satisfaçam os requisitos dessas direções fundamentais. Assim, o teor de qualquer enfoque qualitativo desenvolvido dependerá do referencial teórico que o pesquisador escolher como base.

De acordo com González (2020, p. 156), o termo “pesquisa qualitativa” abrange um amplo conjunto de abordagens e métodos utilizados para estudar e compreender questões sociais ou educacionais. Essa expressão inclui diferentes perspectivas, modalidades, metodologias, desenhos e técnicas que podem ser aplicadas ao longo do processo de pesquisa, desde o planejamento até a avaliação, com o principal objetivo de compreender profundamente as situações para além dos números, focando nos significados que as pessoas atribuem a elas.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ocupa um espaço significativo entre as diversas abordagens disponíveis para o estudo dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais, estabelecidas em uma variedade de ambientes (p. 21). Por não se apresentar como uma proposta rigidamente estruturada, essa abordagem permite que a imaginação e a criatividade conduzam os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (p. 23).

A flexibilidade da pesquisa qualitativa, ressaltada por Godoy (1995), é particularmente relevante para este estudo sobre colorismo, pois possibilita a adaptação da investigação às especificidades das manifestações desse fenômeno no ambiente escolar. Essa flexibilidade é crucial, uma vez que permite considerar tanto as experiências individuais dos alunos quanto as dinâmicas institucionais que moldam essas relações. Assim, a abordagem qualitativa não apenas enriquece a compreensão do colorismo, mas também promove uma análise mais profunda das interações sociais que ocorrem nas escolas.

A escolha da abordagem qualitativa para esta pesquisa fundamenta-se em sua capacidade de capturar as sutilezas das relações raciais no ambiente escolar, permitindo uma compreensão mais profunda de como o colorismo afeta as experiências educacionais e as relações interpessoais. Essa metodologia não apenas possibilita a identificação das manifestações do colorismo, mas também a análise de seus impactos na formação dos alunos e nas práticas pedagógicas.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa se apresenta como uma ferramenta essencial para investigar o colorismo nas escolas, proporcionando uma compreensão mais rica das interações sociais e das dinâmicas raciais que moldam as experiências de alunos e educadores. Ao explorar nuances,

percepções e desafios do cotidiano escolar, essa abordagem não só enriquece a academia, mas também reforça a necessidade de integrar discussões sobre colorismo nas práticas educacionais.

2.2. A Pesquisa Bibliográfica

Para enriquecer a fundamentação teórica do estudo, será realizada uma pesquisa bibliográfica que focará em livros e artigos acadêmicos sobre colorismo, com ênfase em suas manifestações no ambiente educacional. Esses materiais servirão como base para compreender como o colorismo afeta as relações interpessoais nas escolas e contribui para a perpetuação de desigualdades raciais. A escolha pela pesquisa bibliográfica é especialmente pertinente, pois permite acessar diferentes perspectivas teóricas que aprofundam a análise dos conceitos relacionados ao tema.

Essa abordagem tem como objetivo investigar as manifestações e os impactos do colorismo no contexto educacional brasileiro, possibilitando uma análise ampla e fundamentada do fenômeno. Como destacam Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 65), a pesquisa bibliográfica visa o aprimoramento e a atualização do conhecimento por meio da investigação científica de obras já publicadas.

Além de fundamentar teoricamente o estudo, a pesquisa bibliográfica permitirá estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas sobre o colorismo na educação brasileira. Como apontam Silva, Oliveira e Silva (2021), essa modalidade de pesquisa vai além da mera revisão de literatura, constituindo-se como uma ferramenta fundamental para a compreensão aprofundada do fenômeno estudado.

Os autores destacam ainda a importância da pesquisa bibliográfica nos cursos de graduação, uma vez que todas as outras modalidades de pesquisa decorrem da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 65-66)

Seguindo esse pressuposto, Silva, Oliveira e Silva (2021), em seu artigo *A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativa*, reforçam tal afirmação ao dizer:

A Pesquisa Bibliográfica enquanto modalidade de pesquisa de caráter qualitativo, é comumente apresentada como uma revisão da literatura, o que merece ser evidenciado essa revisão se apresenta como pré-requisito para toda e qualquer modalidade de pesquisa, não sendo a característica principal e exclusiva da pesquisa bibliográfica. (Silva; Oliveira; Silva, 2021, p. 93)

Com isso, nota-se a importância da pesquisa bibliográfica na construção de qualquer trabalho científico, tendo como principal característica a revisão de trabalhos publicados sobre o tema a ser pesquisado.

Para abordar a complexidade do tema, serão analisadas diversas fontes bibliográficas, incluindo: artigos científicos em periódicos especializados em educação e relações raciais; teses e dissertações que tratam do colorismo e da educação antirracista; livros de referência sobre relações étnico-raciais no Brasil; documentos oficiais relacionados à implementação da Lei 10.639/2003; publicações sobre práticas pedagógicas antirracistas; e estudos que investigam a manifestação do colorismo no ambiente escolar e em diferentes camadas da sociedade.

A escolha da pesquisa bibliográfica como metodologia principal é justificada pela necessidade de: estabelecer um panorama abrangente das discussões sobre colorismo na educação; identificar as principais correntes teóricas que abordam o tema; analisar criticamente as diversas perspectivas sobre o fenômeno; compreender as intersecções entre colorismo, educação e formação docente; e fundamentar propostas de intervenção pedagógica.

Para garantir a eficácia deste processo, foram adotados critérios rigorosos na seleção de fontes, priorizando obras relevantes e atualizadas. O cronograma da revisão da literatura foi estruturado em etapas, o que facilitou o acompanhamento do progresso da pesquisa. As bases de dados acadêmicas e os termos de busca foram previamente definidos, otimizando a obtenção de informações pertinentes. Além disso, foi implementado um método específico para a análise e síntese das informações coletadas, assegurando uma compreensão aprofundada dos dados. Para garantir a qualidade e confiabilidade das fontes, estratégias de avaliação foram aplicadas, levando em consideração a credibilidade dos autores e a relevância das publicações no campo do estudo.

Assim, a pesquisa bibliográfica vai além de uma simples revisão da literatura, configurando-se como um método essencial para uma compreensão abrangente do colorismo no contexto educacional brasileiro. Por meio desta metodologia, busca-se não apenas mapear o conhecimento já produzido sobre o tema, mas também identificar lacunas e oportunidades que possam contribuir significativamente para o avanço do campo de estudo.

2.3. Métodos de Coleta de Dados

Neste estudo, a coleta de dados é baseada em uma pesquisa bibliográfica, que serve como suporte teórico para a construção da tese de inserção do colorismo no debate escolar. São utilizados artigos acadêmicos, livros e outras fontes que tratam do colorismo, racismo e suas implicações no

ambiente educacional, com o objetivo de fundamentar a proposta de uma educação inclusiva e crítica em relação às questões raciais.

O processo de coleta de dados envolve a seleção de textos que discutem o colorismo, racismo e representatividade no contexto educacional. Essas obras servem como referências teóricas que apoiam a argumentação central do estudo, que destaca a importância de incluir o colorismo como um tema recorrente no debate escolar. A análise dos textos é realizada com foco em identificar como eles contribuem para o embasamento da tese e para a formulação de práticas pedagógicas que promovam a igualdade racial.

Os textos utilizados nesta monografia são selecionados a partir de pesquisas realizadas no Google Acadêmico, em bibliotecas virtuais e por meio de indicações da orientadora Denise Costa. As buscas são conduzidas com o uso de palavras-chave como *colorismo*, *racismo*, *padrões estéticos* e *educação étnico-racial*, garantindo a relevância e a diversidade das fontes consultadas.

Dessa forma, a partir das contribuições dos autores consultados, torna-se possível fortalecer a discussão sobre o colorismo no ambiente escolar, oferecendo uma fundamentação teórica sólida para propor estratégias que incentivem a construção de uma consciência crítica entre alunos e educadores.

2.4. Procedimentos de Análise

Os dados coletados serão provenientes de fontes bibliográficas que abordam o colorismo e suas implicações no ambiente escolar. A análise será realizada de forma qualitativa, utilizando os textos como suporte para a construção de uma reflexão crítica sobre como o colorismo pode ser integrado nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar. O objetivo é explorar como a inclusão dessa temática pode contribuir para a promoção da equidade racial e a valorização da diversidade.

A partir das reflexões teóricas fornecidas pelas obras consultadas, espera-se oferecer subsídios que favoreçam o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas, que ajudem os alunos a compreender criticamente as dinâmicas raciais que afetam suas experiências. Assim, o estudo visa fortalecer a inserção do colorismo no debate escolar, promovendo uma educação que reflita sobre a diversidade e combata as desigualdades.

2.5. Considerações Éticas

A realização deste estudo, centrado na proposta de inserir o colorismo no debate escolar, requer uma atenção especial às questões éticas. Primeiramente, é fundamental garantir que o uso de fontes bibliográficas respeite os direitos autorais e a propriedade intelectual dos autores, assegurando

que as obras sejam corretamente referenciadas e utilizadas de maneira responsável. Além disso, ao tratar de temas sensíveis como colorismo e diversidade racial, é importante que a pesquisa não perpetue estereótipos ou discriminações.

A pesquisa deverá ser conduzida com uma perspectiva crítica e responsável, considerando a influência que discussões sobre colorismo podem ter na formação de identidades e nas percepções dos alunos sobre relações raciais. A escolha de uma linguagem acessível e respeitosa é essencial para garantir que os temas abordados sejam discutidos de forma construtiva e educativa, evitando interpretações equivocadas ou que não reflitam as realidades diversas dos estudantes.

Embora este estudo seja de natureza teórica e não envolva diretamente a participação de alunos, é crucial que as reflexões decorrentes da pesquisa contribuam para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e informadas sobre o colorismo. Dessa forma, espera-se favorecer a construção de um ambiente educacional mais equitativo e respeitoso, onde as discussões sobre racismo e colorismo sejam tratadas com a devida seriedade e sensibilidade.

2.6. Limitações da Metodologia

Uma das principais limitações da metodologia escolhida é a dependência de fontes secundárias, principalmente de materiais bibliográficos. Embora esses textos ofereçam uma base teórica sólida, a ausência de dados primários, como observações em sala de aula ou entrevistas com educadores e alunos, pode limitar a compreensão do colorismo em contextos educacionais práticos. Isso significa que a análise ficará restrita às interpretações e abordagens teóricas dos autores consultados, sem captar dinâmicas mais complexas que ocorrem nas interações escolares.

Além disso, o uso exclusivo de fontes bibliográficas pode não refletir plenamente a diversidade de experiências vividas por crianças de diferentes tons de pele nas escolas. Embora a pesquisa busque construir uma tese sólida sobre a importância de inserir o colorismo no debate escolar, é importante reconhecer que o enfoque teórico pode não abranger todas as nuances que surgem na prática educativa diária.

Essas limitações indicam a necessidade de futuras pesquisas que incorporem métodos complementares, como estudos de campo ou análise de práticas pedagógicas, para enriquecer a compreensão sobre o colorismo no ambiente escolar e sua influência nas relações raciais.

2.7. Aplicação ao Contexto Escolar

A pesquisa bibliográfica utilizada neste estudo destaca a importância de compreender o colorismo como um fenômeno social complexo, intrinsecamente ligado a questões de poder, privilégio e hierarquias baseadas na tonalidade da pele. No ambiente escolar, onde crianças e adolescentes estão em processo de formação de identidade, o colorismo tem um impacto significativo nas percepções que os alunos desenvolvem sobre si mesmos e sobre os outros.

É crucial explorar como alunos de diferentes tons de pele vivenciam o pertencimento, a aceitação e a discriminação no ambiente escolar. Frequentemente, crianças de pele mais escura enfrentam microagressões e preconceitos sutis, tanto nas interações com colegas quanto nas atitudes de professores e gestores. Essas experiências influenciam diretamente a autoestima, o desempenho escolar e o senso de pertencimento desses alunos, tornando urgente a inclusão do colorismo no debate escolar.

Este estudo utiliza referências teóricas sobre o colorismo como base para reforçar a necessidade de inserir esse tema nas práticas pedagógicas. Ao refletir sobre como o colorismo afeta a formação da identidade racial e o desenvolvimento social nas escolas, a pesquisa contribui para destacar o impacto desse fenômeno nas vivências dos estudantes. Isso evidencia a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade e respeito à diversidade, proporcionando um ambiente escolar mais inclusivo.

Além disso, o colorismo molda a maneira como a identidade racial é construída e percebida desde as séries iniciais. As crianças, muitas vezes de forma inconsciente, internalizam padrões estéticos e hierárquicos baseados na cor da pele, o que afeta como elas se veem e como se relacionam com os outros. A pesquisa bibliográfica permite uma reflexão crítica sobre essas dinâmicas, revelando aspectos subjetivos e simbólicos dessas experiências que dificilmente seriam capturados por abordagens quantitativas.

Ao investigar como o colorismo se manifesta nas narrativas educacionais, torna-se possível identificar tanto os desafios enfrentados quanto as oportunidades para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. As fontes utilizadas oferecem subsídios para o desenvolvimento de intervenções educativas que promovam a valorização da diversidade de tons de pele e combatam estereótipos e preconceitos. Essas reflexões visam criar um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo, onde todas as crianças, independentemente da cor de pele, se sintam valorizadas e respeitadas. Além disso, o estudo sugere diretrizes baseadas em práticas antirracistas para educadores e gestores escolares, promovendo uma educação que celebre a pluralidade das identidades raciais.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA SE CHEGAR AO COLORISMO

Durante o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU) da UNILAB, identifiquei uma lacuna significativa nas pesquisas sobre colorismo, que é um tema que ainda carece de maior atenção acadêmica. Naquele período, quando iniciei meu estudo na disciplina de Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar do curso de BHU, eu ainda não sabia do que se tratava o colorismo; em meu estudo, desejava abordar a negação da própria identidade na busca por se encaixar nos padrões pré-estabelecidos pela sociedade. A partir dessa breve definição, já é possível identificar que, de certo modo, isso se enquadra na temática do colorismo. Contudo, eu não tinha essa consciência, nem mesmo sabia o que era colorismo. Foi durante o desenvolvimento do meu TCC, com a ajuda da minha então orientadora, Denise Costa, que conheci a temática do colorismo e foquei meu estudo na busca por definir do que se tratava o termo, além de buscar mecanismos que auxiliassem na construção de uma educação antirracista por intermédio do conhecimento.

Ao estudar o colorismo, compreendi como ele impacta profundamente tanto a forma como eu me vejo quanto a maneira como sou percebida pela sociedade. Como mulher negra de pele clara, vivo uma experiência específica: por um lado, reconheço certos privilégios em relação a mulheres negras de pele mais escura; por outro, ainda enfrento discriminação por não ser considerada branca. Essa dualidade adicionou camadas de complexidade às minhas relações sociais e à construção da minha autoidentidade.

O processo de autoidentificação foi desafiador, pois, inicialmente, eu não me reconhecia como uma mulher negra. Nem mesmo conhecia o termo "mulher negra de pele clara". Durante a maior parte da minha vida, identifiquei-me como parda, como consta na minha certidão de nascimento. Contudo, entendi que o termo "pardo" está ligado a uma tentativa histórica de embranquecimento da população brasileira, carregando consigo um legado de sofrimento e exclusão racial.

Antes de me aprofundar no estudo do colorismo, não refletia sobre como minha pele clara influenciava a forma como eu era tratada. Foi apenas por meio das pesquisas e discussões sobre raça e racismo que comecei a perceber as sutilezas das dinâmicas raciais e como essas interseções entre racismo e colorismo afetavam tanto minha autoimagem quanto a percepção que os outros tinham de mim. Esse processo de conscientização, embora doloroso, foi fundamental para a construção de uma nova compreensão sobre mim mesma e sobre o papel das dinâmicas raciais na sociedade. Entendi que as experiências das pessoas negras são múltiplas e que o respeito e a solidariedade são essenciais para combater as diversas formas de racismo que ainda permeiam a sociedade.

Ao estudar o colorismo, percebi que ele vai muito além de uma simples manifestação de preconceito; ele está intrinsecamente ligado a estruturas como o racismo, a discriminação e o patriarcado, revelando-se uma questão complexa e multifacetada. Essa compreensão despertou em mim um grande interesse pelo tema, que considero essencial para entender as dinâmicas sociais e culturais de discriminação racial. Pesquisar sobre colorismo é, portanto, não apenas um interesse pessoal, mas também uma contribuição para o debate acadêmico e social sobre as diversas formas de desigualdade.

Para entender por que o patriarcado está ligado ao colorismo, menciono Devulsky (2021), que destaca:

[...]Para compreender o sistema de castas de cor e seu impacto na vida negra, temos que reconhecer a ligação entre o abuso patriarcal do corpo das mulheres negras e a super valorização da pele clara. A formação, por parte da supremacia branca de um sistema de castas de cor onde a pele mais clara era mais valorizada do que a pele mais escura foi obra do patriarcado de homens brancos. (Hooks, 2001, p. 57-58 *apud* Devulsky, 2021, p. 75).

Assim, é importante reconhecer que o colorismo está ligado ao patriarcado e à maneira como os corpos das mulheres negras foram historicamente abusados e desvalorizados. Esse sistema foi estabelecido pela supremacia branca, que criou uma hierarquia baseada na cor da pele, ou seja, o colorismo. Esse processo de hierarquização racial foi conduzido por homens brancos que detinham o poder e que usaram o patriarcado como uma ferramenta de controle social, favorecendo aqueles que têm a pele clara e reforçando a opressão, principalmente contra as mulheres negras.

Como exemplo dos efeitos do patriarcado na vida de mulheres negras, tomo como referência Alice Walker (1982), com sua obra *A Cor Púrpura*, na qual a autora discute sobre raça, gênero e opressão ao apresentar a história de Celie, uma mulher negra que sofreu abusos físicos e psicológicos desde a infância, em decorrência de um patriarcado violento; inicialmente, os abusos eram praticados pelo pai e, após se casar, por seu marido. A obra relata a luta constante de Celie para sobreviver em meio a um ambiente violento, decorrente do sistema patriarcal que lhe foi imposto. Em contraponto à submissão de Celie ao patriarcado, Walker apresenta as histórias de Shug Avery, personagem que desafia os padrões tradicionais de feminilidade e submissão, vivendo uma vida independente e expressando sua sexualidade de maneira aberta, e Sofia, que se recusa a se submeter aos homens ou às estruturas raciais que tentam controlá-la, mostrando uma forma de resistência ativa contra a opressão patriarcal.

A obra de Walker pode ser vista como uma referência para entender as diversas personalidades negras que lutaram, de maneiras distintas, para se libertar das amarras do patriarcado. Além de expor,

de maneira sensível, a luta de uma mulher em busca do autoconhecimento e valorização enquanto mulher negra, nesse processo, Walker apresenta coprotagonistas que auxiliam Celie na autoaceitação e na descoberta de seu próprio valor. Sendo assim, *A Cor Púrpura* oferece muitos exemplos de como o patriarcado afeta as mulheres negras, especialmente no que diz respeito à violência, à desumanização e à dominação masculina. Ao mesmo tempo, a obra mostra caminhos de resistência e libertação, tornando-se uma importante ferramenta para discutir a superação das opressões patriarcais.

Vejo a obra de Walker como uma possibilidade pedagógica, podendo ser estudada em sala de aula como um mecanismo de compreensão da influência do patriarcado na vida das mulheres negras, bem como para o estudo sobre racismo e colorismo, sendo utilizada como um instrumento de reflexão sobre as questões de cor e raça que afetam as vidas das personagens, apontando também como tais questões ainda são relevantes na sociedade atual.

Acredito que seja necessário o estudo sobre colorismo, pois ele impacta diretamente o acesso às políticas de igualdade racial, como as cotas, e a forma como as pessoas se autoidentificam racialmente. Esse processo de autoidentificação é algo não apenas individual, mas também coletivo, como aponta Jesus (2021):

[...] Assim, ao negar tal compreensão, de que a subjetividade é uma característica interna e estritamente individual, reforçamos nosso entendimento de que a subjetividade é produzida como resultado de um processo histórico e coletivamente produzido, e assim procuramos construir um procedimento de heteroidentificação racial baseado no conceito de consenso intersubjetivo, capaz de, a um só tempo, reconhecer a dimensão subjetiva presente nas avaliações fenotípicas dos membros das comissões e também forjar um método de avaliação capaz de definir o público-alvo da política, estabelecer princípios para o funcionamento das comissões e definir critérios para a avaliação. (Jesus, 2021, p. 112)

Quando uma pessoa se autodeclara pertencente a um grupo racial, ela abre espaço para um processo de heteroidentificação por meio do qual se avalia, de modo intersubjetivo, se essa pessoa de fato se enquadra nos padrões pré-estabelecidos para fazer parte de um determinado grupo racial. Esse processo é necessário, principalmente, para a inserção nos sistemas de ensino por meio de cotas. Muitas pessoas utilizam de má-fé para ingressar, principalmente, em universidades, utilizando as cotas sem que apresentem um fenótipo que se enquadre nos critérios estabelecidos, tirando, assim, a vaga de uma pessoa que realmente faz parte de grupos historicamente discriminados.

Dessa forma, estudar sobre o processo de heteroidentificação, bem como sobre as políticas de cotas, é fundamental para garantir a eficácia e a justiça das políticas raciais, além de permitir uma

melhor compreensão das dinâmicas sociais que envolvem não somente raça e identidade, mas também história, cultura e experiência de vida.

Falar sobre colorismo, para mim, vai muito além de apenas apresentar termos e conceitos. É uma maneira de compreender a sociedade em suas camadas mais profundas, revelando os inúmeros obstáculos que a comunidade negra enfrenta. O colorismo expõe as desigualdades sutis e explícitas que afetam o cotidiano das pessoas negras, tanto em suas interações sociais quanto nas oportunidades que lhes são oferecidas, como, por exemplo, no mercado de trabalho. Ao discutir o colorismo, não estamos apenas nomeando uma forma de discriminação, mas também desvelando como ele opera dentro de estruturas de poder que privilegiam as pessoas de pele mais clara, reforçando o racismo e a exclusão em diversas esferas da vida.

4. COLORISMO: ORIGENS, CONCEITOS E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO E PADRÕES DE BELEZA

4.1. Conceituando Colorismo

O colorismo representa um sistema complexo de discriminação racial baseado nas diferentes tonalidades da pele negra, atuando como um mecanismo de segregação social que transcende o período colonial e persiste na sociedade contemporânea. Este fenômeno não apenas catalisa a segregação social, mas também impacta profundamente a construção identitária dos indivíduos negros.

Como explica Devulsky (2021) em seu livro *Colorismo*:

Os processos coloniais europeus souberam muito bem cavar no imaginário cultural os elementos necessários para estabelecer uma distinção racial que pudesse servir posteriormente para a escravização em massa e, posteriormente, o apartheid, oficial ou velado, praticado por alguns governos até pouco tempo atrás, no século 20. (Devulsky, 2021, p. 61).

No trecho anterior, Devulsky explica que os colonizadores europeus construíram e disseminaram ideais racistas para sustentar a exploração e a opressão, que resultaram em consequências profundas e duradouras, como a escravidão e a segregação racial, mesmo após o término oficial desses sistemas.

A segregação racial é um fenômeno social caracterizado pela separação de grupos raciais em diferentes esferas da vida, como habitação, educação, trabalho e lazer, resultando em desigualdade de oportunidades e direitos. Exemplos claros disso são as leis que determinavam os espaços a serem ocupados por brancos e negros nos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul. Tais modelos de segregação racial só chegaram ao fim por meio dos movimentos e das lutas de resistência dos grupos

subalternizados que buscam ressignificar as histórias e identidades nacionais oficiais. Sobre isso, Neves, Moutinho e Schwarcz (2019) destacam:

O que há em comum nesses movimentos é a oposição a uma tradição etnocêntrica e europeia, que via na transmissão dos valores ocidentais um projeto civilizatório e modernizante: é justamente contra esse projeto que grupos de jovens oriundos de setores simbolicamente desfavorecidos (negros nos Estados Unidos e na África do Sul, negros e indígenas no Brasil) vêm se organizando e forçando mudanças. (Neves; Moutinho; Schwarcz, 2019, p. 13)

Os autores apontam a importância desses movimentos sociais e o modo de organização que tende a desafiar uma história considerada oficial, a qual ignora ou minimiza suas identidades e lutas. Esses movimentos buscam promover mudanças sociais e culturais.

O colorismo está profundamente arraigado em nossa realidade e é vivenciado diariamente. Jurandir Costa (1984) explica que “a identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com seu corpo” (Costa, 1984, p. 06). Essa afirmação ressalta a influência do meio no processo identitário. Muitas vezes, negamos nossa identidade ao alterar características físicas, como alisar o cabelo ou desejar embranquecer a pele. Essa dinâmica destaca a importância de explorar o tema da negação de identidade, que se refere à recusa em aceitar quem realmente somos.

Analisar essas situações é crucial para ensinar crianças e jovens que a aceitação na sociedade não se encontra na negação de suas próprias identidades, mas sim na valorização delas. A negação da identidade racial, manifestada por práticas como o alisamento capilar e o desejo de embranquecimento, reflete um complexo processo de internalização dos padrões estéticos eurocêntricos. Este fenômeno, conforme apontado por Costa (1984), demonstra que a relação com o corpo está intrinsecamente ligada à construção da identidade.

Isso evidencia que o colorismo ainda exerce forte influência nas decisões e na hierarquia social. Isso é claramente observável em áreas como o mercado de trabalho e a educação. No mercado de trabalho, por exemplo, a cor da pele ainda determina frequentemente quem é selecionado para cargos. Ao entregar um currículo, a presença de uma foto pode ser crucial, pois, sem ela, há menos chances de ser considerado. Quando presente, a aparência muitas vezes pesa mais do que as qualificações acadêmicas e profissionais. Como aponta Silva (2017): “[...] o colorismo constitui uma forma de discriminação que enfatiza características físicas, determinando o valor atribuído ao indivíduo na sociedade.”

O colorismo impacta diretamente as oportunidades e o tratamento de indivíduos com tonalidades de pele mais escura no mercado de trabalho. Conforme discutido anteriormente, aqueles com pele mais pigmentada, especialmente as mulheres negras, enfrentam desafios adicionais na busca

por emprego, promoções e salários justos, em comparação com pessoas de pele mais clara. Essa dinâmica não apenas prejudica as oportunidades de ascensão profissional, mas também reflete estereótipos sociais enraizados, onde características positivas, como competência e profissionalismo, são frequentemente atribuídas a indivíduos de pele clara, enquanto pessoas negras são subestimadas e estigmatizadas.

No contexto brasileiro, o impacto do colorismo se manifesta de diversas maneiras. As disparidades salariais associadas à tonalidade da pele são uma realidade alarmante, com aponta uma pesquisa publicada pelo site *Agência Brasil*¹ em novembro de 2023 indicando que profissionais de pele mais escura costumam receber salários inferiores em comparação aos de pele clara, mesmo quando possuem qualificações e experiências equivalentes. Além disso, barreiras no processo de seleção e promoção revelam que indivíduos de pele mais escura são frequentemente desconsiderados em favor de colegas mais claros, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização.

A segregação ocupacional também é uma consequência significativa do colorismo, onde trabalhadores de pele mais escura tendem a ser alocados em funções menos prestigiadas e de menor remuneração. Essa desigualdade se intensifica em cargos de liderança, onde a representação de pessoas negras é desproporcionalmente baixa, refletindo a perpetuação de um ambiente de trabalho que favorece indivíduos de pele clara.

Devulsky (2021) destaca que essa forma de discriminação internaliza a lógica racista dentro das próprias comunidades oprimidas pela estrutura racial herdada da escravidão, que é gerida pelo capital. Ele argumenta ainda que o racismo, em certa medida, depende do capital para se perpetuar, tendo em vista que o sistema econômico se baseia em fundamentos racistas para organizar suas diferentes fases produtivas, seja na economia de mercado, seja em sistemas autoritários e escravocratas.

Devulsky (2021) ressalta ainda que:

[...]O horror do processo colonial, da escravidão e das torturas relativas à sua manutenção, aliás, parece apenas reforçar a leitura de que o capitalismo não se assenta na dignidade das existências humanas, mas tão somente na busca incessante pelo aumento das taxas de lucro que se tornam rapidamente incompatíveis com a vida humana, ou com a própria sobrevivência do planeta. (Devulsky, 2021, p. 94).

A autora enuncia que o colonialismo e a escravidão, com toda a violência que envolveram, mostram que o capitalismo não valoriza e nunca valorizou a dignidade humana. Pelo contrário,

¹ BOEHM, Camila. Mercado de trabalho reproduz desigualdade racial, aponta Dieese. Agência Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/mercado-de-trabalho-reproduz-desigualdade-racial-aponta-dieese>. Acesso em: 26 out. 2024.

concentra-se apenas em aumentar os lucros, mesmo que isso prejudique as pessoas ou ameace a vida no planeta.

A respeito dessa hierarquia capitalista estabelecida, Góes (2022) frisa que:

[...]No Brasil, a hierarquização das pessoas segundo o fenótipo, é estabelecida por classes dominantes contra as dominadas. Ou seja, tal hierarquização tem caráter fortemente interracial – ela é um sistema criado por brancos para garantir a dominação de negros. (Góes, 2022, p. 09).

Com base no exposto por Góes, pode-se afirmar que a hierarquização racial foi desenvolvida por pessoas brancas para assegurar as desigualdades e a dominação sobre os negros no Brasil. Além disso, esse processo não se limitou ao racismo entre brancos e negros, manifestando-se também internamente entre os próprios negros por meio do colorismo. Isso ocorreu através do estabelecimento de diferentes níveis sociais dentro da comunidade negra, perpetuando a ideia de que, quanto mais próximas dos padrões europeus, mais oportunidades e privilégios as pessoas podem ter. No entanto, essa hierarquia não garante que os negros de pele clara se beneficiem de privilégios direcionados à branquitude.

A análise de Devulsky (2021) sobre a relação entre colorismo e capitalismo dialoga diretamente com as observações de Góes (2022) sobre a hierarquização racial, revelando como essas estruturas se retroalimentam na manutenção das desigualdades sociais. Devulsky argumenta que o colorismo não é apenas uma questão estética, mas um reflexo das dinâmicas capitalistas que privilegiam características associadas à branquitude, levando à exclusão de indivíduos com tonalidades de pele mais escuras. Isso se alinha com a perspectiva de Góes, que enfatiza a hierarquização racial como um mecanismo que organiza as oportunidades e a valorização social, criando um ciclo vicioso onde as pessoas mais claras desfrutam de vantagens em diversos aspectos da vida, incluindo acesso a emprego, educação e reconhecimento social. Juntas, essas análises destacam a interconexão entre o colorismo e o capitalismo, sublinhando a necessidade de uma abordagem crítica que desmistifique essas relações e busque formas de desconstruir as desigualdades perpetuadas por essas estruturas.

Além das desigualdades raciais perpetuadas pelo colorismo, é crucial considerar a interseccionalidade com gênero e classe para compreender plenamente as experiências das populações afetadas. Mulheres negras, em particular, enfrentam uma dupla discriminação que se manifesta não apenas pela tonalidade da pele, mas também pelas expectativas sociais ligadas ao gênero. Essa intersecção resulta em barreiras adicionais no mercado de trabalho, onde mulheres

negras frequentemente são subestimadas e enfrentam desafios mais significativos em comparação a homens negros e mulheres de pele mais clara.

A interseccionalidade, conforme articulada por Hirata (2014), emerge como uma ferramenta essencial na luta contra as opressões múltiplas e imbricadas que as pessoas experimentam em suas vidas cotidianas. Essa abordagem reconhece que as identidades sociais não são isoladas, mas interconectadas, influenciando a forma como os indivíduos vivenciam discriminação e desigualdade. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar uma combinação de desafios resultantes não apenas do racismo, mas também do sexismo e, em muitos casos, das desigualdades de classe.

Ao adotar uma perspectiva interseccional, é possível identificar e analisar como essas diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam a vida das pessoas de maneira única e complexa. Isso não só amplia a compreensão das experiências individuais e coletivas, mas também oferece uma base sólida para a formulação de estratégias políticas e sociais mais eficazes. Reconhecendo a diversidade das experiências vividas, a interseccionalidade possibilita o desenvolvimento de políticas e intervenções que atendam às necessidades específicas de grupos marginalizados, contribuindo assim para uma luta política mais inclusiva e eficaz.

A hierarquização social acentuada por essas interseccionalidades implica que, enquanto o colorismo contribui para a exclusão social, as mulheres negras lidam com estereótipos que as associam a papéis de vulnerabilidade e dependência, limitando suas oportunidades de crescimento profissional e acesso a espaços de poder. Assim, compreender as interseções entre colorismo, gênero e classe é fundamental para o desenvolvimento de políticas e práticas que visem à equidade e à inclusão, garantindo que todas as dimensões da identidade sejam consideradas na luta contra a discriminação e na promoção da justiça social.

Sinto a necessidade de destacar, ainda que de forma breve, a questão da pigmentocracia, que, embora frequentemente abordada como sinônimo de colorismo, apresenta significados e definições que a diferenciam. Como afirmado por Juliana Moraes de Góes (2022) em seu artigo *Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil*:

[...] Colorismo: a forma como o mito da democracia racial se estrutura pela ideologia do embranquecimento e pela violência contra a subjetividade da população negra. Já o conceito de pigmentocracia ilumina tanto a violência relacionada a valorização de características fenotípicas tidas como europeias quanto a violência relacionada ao mito da democracia racial e a ideologia do embranquecimento. (Góes, 2022, p.01)

O colorismo se apresenta como a discriminação baseada no tom da pele, ou seja, pessoas negras de pele clara tendem a ter acesso a mais privilégios do que aquelas de pele escura. Na sociedade brasileira, o colorismo é fortalecido pelo “mito da democracia racial”, que sustenta a ideia

equivocada de que o Brasil é um país sem racismo devido à sua miscigenação. Além disso, esse mito oculta a realidade da discriminação racial e está ligado à ideologia do embranquecimento, que valoriza traços fenotípicos mais próximos dos padrões europeus, como a pele clara e o cabelo liso. O colorismo ataca também a subjetividade das pessoas negras, afetando sua autoestima, identidade e percepção de si mesmas. Por sua vez, a pigmentocracia estabelece uma hierarquia social baseada na cor da pele, onde características físicas semelhantes às europeias, como a pele clara, são mais valorizadas. A pigmentocracia expõe a violência causada pela preferência por esses traços físicos, revelando como o racismo opera de forma sutil e estruturada, tanto no reforço da ideologia do embranquecimento quanto na perpetuação do mito da democracia racial. Em síntese, ela ilumina as camadas de violência, tanto física quanto simbólica, que sustentam o racismo e a desigualdade racial no Brasil.

Com base nas definições citadas, pode-se afirmar que tanto o colorismo quanto a pigmentocracia ajudam a entender como o racismo se manifesta e se perpetua, mesmo que o Brasil seja um país que se "diz" racialmente democrático.

O colorismo, portanto, opera como um sistema multifacetado de opressão que entrelaça aspectos históricos, econômicos e sociais, perpetuando desigualdades por meio de mecanismos tanto sutis quanto explícitos de discriminação. Seu impacto transcende a esfera individual, afetando estruturalmente as relações sociais, as oportunidades econômicas e a construção identitária da população negra brasileira. Dessa forma, o colorismo intensifica as desigualdades raciais, contribuindo para a exclusão social de indivíduos com pele mais escura e assegurando a manutenção de estruturas de poder alicerçadas em uma visão eurocêntrica.

É imperativo reconhecer que esses padrões discriminatórios não apenas perpetuam injustiças, mas também desconsideram as competências e habilidades dos indivíduos afetados. Para reverter esse quadro, é fundamental implementar políticas e práticas que valorizem o mérito, promovam a diversidade e combatam o preconceito racial. Além disso, é essencial fomentar a conscientização social e educacional sobre os efeitos do colorismo, buscando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao proporcionar oportunidades equitativas de desenvolvimento profissional e educacional, estaremos não apenas desafiando as normas discriminatórias, mas também enriquecendo a sociedade como um todo, ao reconhecer e valorizar a pluralidade de experiências e contribuições de todos os indivíduos, independentemente da cor da pele.

4.2. Raça e racismo: explorando conceitos

Munanga (2004) destaca variadas definições acerca do termo "raça". A partir disso, é possível afirmar que essa expressão está em constante transformação, dependendo das circunstâncias históricas em que é empregada. Ou seja, o entendimento do que é "raça" pode variar de acordo com o contexto social, político e econômico de cada época. Como exemplo, temos o período colonial, no qual o termo "raça" era utilizado para justificar a escravidão e a dominação de povos africanos e indígenas.

Pode-se constatar que o racismo é, de fato, uma herança do período colonial, arraigada em nosso imaginário pelas formas mais cruéis de discriminação impostas pelos colonizadores europeus. Munanga (2004) frisa que, anteriormente, "raça" era um termo empregado apenas para categorizar animais e plantas; no entanto, com o passar do tempo, começou a ser utilizado também como uma forma de classificação da humanidade.

Tendo em vista a necessidade de categorização dos termos para elucidar o que foi exposto, destaco a diferença entre as definições de raça e etnia propostas por Santos, Palomares, Normando e Quintão (2009) no artigo *Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar*. Os autores propõem que "raça" se refere ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor da pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética (Santos et al., 2009, p. 124).

Já "etnia" refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente reivindicam uma estrutura social, política e um território (Santos et al., 2009, p. 124).

O racismo se manifesta de diversas maneiras na sociedade em que vivemos e se fortifica nas relações sociais. O ambiente mais propício à manifestação do racismo é, inicialmente, nas relações familiares. Segundo a percepção de Neusa dos Santos (1983), ninguém nasce racista; torna-se racista no convívio do lar. Devulsky (2021) reforça essa ideia ao afirmar: “[...] todos nós nascemos livres do racismo, mas a vida em sociedade requer que a integração desses fatores seja algo inescapável” (Devulsky, 2021, p. 32). Com base nisso, podemos constatar que uma criança não sabe o que é racismo, mas pode se tornar racista se em seu lar houver mecanismos que favoreçam essa construção.

Cabe ainda destacar a questão do “mito da democracia racial”, muito bem definido por Munanga (2010):

[...] ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (Munanga, 2010, p. 01).

Além disso, esse mito esconde a realidade da discriminação racial e está ligado à ideologia do embranquecimento, que valoriza traços fenotípicos mais próximos dos padrões europeus, como pele clara e cabelo liso. Com isso, o mito da democracia racial se conecta diretamente ao colorismo, uma vez que o colorismo ataca a subjetividade das pessoas negras, afetando sua autoestima, identidade e percepção de si mesmas.

Ainda sobre o que foi mencionado, Góes (2022) salienta que o mito da democracia racial não só promove a falsa ideia de que o racismo foi superado no Brasil, como também reforça a classificação das pessoas com base na raça e na cor. A autora enfatiza ainda que tal hierarquização é estabelecida e sustentada pelas classes dominantes para a manutenção da exploração da população.

A partir dessa hierarquização, é possível falar sobre o privilégio branco, que se refere aos benefícios e vantagens estruturais que as pessoas brancas possuem em sociedades racistas, devido à posição histórica e socialmente dominante da branquitude. Sobre isso, Devulsky afirma:

É forçoso reconhecer que a categoria política do “privilégio branco” não encontra equivalente na dimensão racializada negra. Isso quer dizer que não existe equivalente ao “privilégio negro”, assim como o conceito falacioso de “racismo reverso” não resiste à análise estrutural das suas muitas contradições. (Devulsky, 2021, p. 63).

Ao afirmar que não há “privilégio negro”, a autora também se opõe à ideia de “racismo reverso”, que sugere que pessoas brancas poderiam sofrer racismo da mesma forma que pessoas negras. No entanto, essa noção ignora as desigualdades estruturais e históricas que colocam as pessoas negras em desvantagem, tornando impossível que o racismo opere de forma “reversa”, uma vez que as pessoas negras não detêm poder social ou institucional para oprimir brancos.

Devulsky (2021) também aponta que, dentro da própria comunidade negra, negros de pele mais clara podem ter algumas vantagens em relação aos negros de pele mais escura. Isso ocorre porque o racismo estrutural impacta todos os negros de diferentes maneiras, configurando um exemplo de pigmentocracia.

Para definir racismo estrutural, pode-se ter como referência Kabengele Munanga (2010), que, em seu artigo *Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo*, fala do racismo como a estrutura das relações sociais no Brasil, permeando instituições e práticas cotidianas. Ele se manifesta de maneira sutil e velada, mas extremamente impactante, determinando oportunidades e limitações com base na cor da pele.

Ainda sobre racismo estrutural, Ynaê Lopes dos Santos (2022) destaca:

Ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso. Essa é uma dimensão que condiz com a verdade/realidade do racismo, mas que ao mesmo tempo parece torná-lo etéreo e, mais uma vez, bastante difícil de precisar. (Santos, 2022, P. 14).

No trecho acima, Santos (2022) afirma que o racismo estrutural é uma realidade; contudo, sua presença, vista de modo generalizado, pode torná-lo difícil de ser reconhecido e combatido, pois ao afirmar que o “racismo está em todo lugar”, pode-se interpretá-lo como um conceito subjetivo, dificultando, assim, sua identificação.

Existem diversas manifestações do racismo além do estrutural. Um exemplo é o racismo institucional, que se apresenta de maneira menos evidente e mais sutil, ocorrendo principalmente em instituições públicas e privadas; no entanto, isso não minimiza os danos por ele causados. A esse respeito, López (2012) pontua:

Busca-se dar visibilidade a processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial. (López, 2012, P. 127).

A autora aponta que, nas instituições, existem formas de discriminação que nem sempre são evidentes ou intencionais, mas que acontecem como parte do seu funcionamento cotidiano. Esse tipo de discriminação é denominado racismo institucional, uma vez que se refere ao modo como as instituições, sem que as pessoas se deem conta, acabam perpetuando e reforçando a desigualdade racial. Ou seja, o racismo institucional ocorre por meio de regras, práticas e estruturas que, mesmo sem a intenção de seus agentes, conservam a desigualdade entre grupos raciais.

O racismo não é apenas um comportamento individual ou uma série de atitudes preconceituosas, mas sim uma característica inerente à forma como a sociedade está organizada. Isso significa que o racismo está presente nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até nas dinâmicas familiares, moldando como as pessoas interagem e se relacionam entre si, caracterizando o “racismo estrutural”. Ao invés de ser visto como uma doença social ou um problema isolado que pode ser facilmente corrigido, o racismo estrutural está embutido nas próprias fundações da sociedade e exige uma transformação profunda nas instituições e nas práticas sociais para ser realmente combatido.

4.3. A educação para as relações étnico-raciais

É imprescindível discutir a relevância do estudo das relações raciais no ambiente escolar, especialmente a importância da Lei 10.639/2003 como um instrumento de ruptura da educação elitista e eurocêntrica que ainda enfrentamos. O trabalho com a história e a cultura africana e afro-brasileira é essencial para a construção de uma educação antirracista.

Nesse sentido, Piva (2020) destaca que:

O processo de implementação da Lei 10.639/03 perpassa o campo das relações étnico-raciais brasileiras construído historicamente por relações de poder, no qual a raça se configura como aspecto determinante nas relações culturais, políticas, sociais e econômicas. (Piva, 2020, p. 03).

Piva (2020) também enfatiza a importância de os professores compreenderem os conceitos de raça e etnia para que a Lei 10.639/03 seja efetivamente aplicada nas escolas. Somente assim os processos pedagógicos poderão alcançar os objetivos da referida lei.

Entretanto, muitos desafios ainda se impõem nessa trajetória. No contexto escolar, há obstáculos, como apontam Gomes e Jesus (2013) no artigo *As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa*:

O caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional. (Gomes; Jesus, 2013, p. 14).

Gomes e Jesus (2013) ressaltam que a obrigatoriedade do ensino voltado para práticas pedagógicas antirracistas não apenas legitima as abordagens já existentes, mas também provoca a criação de novas abordagens, expõe tensões e preconceitos raciais nas escolas e impõe novos desafios para a gestão educacional e a formação de professores. Assim, a inclusão dessa temática é vista como essencial para uma educação mais justa e inclusiva.

Diante dessas dificuldades, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2013 propõe a inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira no planejamento escolar. Para isso, vários fatores são importantes, como entender bem as diretrizes curriculares, garantir que a Lei nº 10.639/03 seja aplicada pelas autoridades educacionais, investir em

pesquisa e formação de professores, produzir e adquirir materiais didáticos e promover a participação da comunidade na gestão escolar.

Com base em uma educação para as relações étnico-raciais, é imprescindível discutir a descolonização dos currículos. O termo “currículo” possui diversas definições, mas aqui será abordado como elemento central da prática escolar. A esse respeito, Moreira (2007) destaca:

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. (Moreira, 2007, p.19).

Segundo o autor, o currículo é a parte mais importante da escola, uma vez que todas as atividades educacionais acontecem e se organizam por seu intermédio. Além disso, todos os envolvidos na educação, em diferentes níveis, têm responsabilidade na criação e desenvolvimento do currículo. O papel do educador é indispensável nesse processo, pois, de forma direta e indireta, ele participa da construção dos currículos aplicados nas escolas e nas salas de aula. Assim, o currículo é visto como o núcleo da escola, e os educadores desempenham um papel fundamental em sua criação e implementação.

Moreira (2007) ressalta ainda que os currículos não são conjuntos de conteúdos prontos a serem transmitidos de forma automática aos alunos. Pelo contrário, o currículo é uma construção social que envolve a seleção de conhecimentos e práticas que refletem influências de contextos específicos.

O currículo escolar é o ponto central no processo de descolonização do ensino, uma vez que as práticas educacionais são regidas por ele. Portanto, é imprescindível que ocorra essa descolonização como um modo de promover uma educação étnico-racial equitativa e justa. Dessa forma, todas as crianças poderão se sentir representadas no ambiente escolar.

Sacristán (2010) aponta que: “[...]o currículo também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo” (Sacristán, 2010, P. 16).

Dessa forma, é fundamental ter em vista que, para a real construção de uma educação étnico-racial, é necessário trazer à tona as dores e os traumas que foram gerados ao longo do tempo, marginalizando pessoas de diversas etnias e raças. É por meio dessa exposição histórica que será possível decidir que tipo de educação pode e deve ser desenvolvida daqui em diante.

4.4. A importância do Movimento Negro no Combate ao Colorismo

É fundamental reconhecer o papel crucial do Movimento Negro na conquista e implementação da Lei 10.639/03. Brito (2011, p. 60) argumenta que, para entender o impacto e a relevância das políticas públicas que visam ao reconhecimento da população negra como sujeito sócio-político e cultural, é necessário considerar diversos momentos da história brasileira. Esses momentos revelam manifestações de resistência e protesto negro contra o racismo em suas variadas formas, evidenciando a longa e persistente luta contra a discriminação racial no país.

A luta contra o colorismo é um aspecto essencial da ampla batalha do Movimento Negro por justiça social e igualdade racial. Este fenômeno, que discrimina indivíduos com base nas tonalidades de pele, vai além de ser uma extensão do racismo, refletindo as desigualdades históricas que continuam a afetar a sociedade brasileira. Para compreender a relevância do Movimento Negro nessa luta, é importante examinar sua trajetória histórica e as formas de resistência desenvolvidas ao longo do tempo.

Desde a era colonial até os dias atuais, o Movimento Negro tem desempenhado um papel vital na valorização da identidade negra e no combate à discriminação racial. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) mobilizam comunidades e promovem conscientização sobre as desigualdades, incluindo as relacionadas ao colorismo. Através de protestos, eventos culturais e educacionais, essas organizações buscam resgatar a história e cultura afro-brasileira, fortalecendo a autoestima e a identidade da população negra.

Como explica Oliveira (2009, p. 21), desde o início do sistema escravista, foram criadas estratégias de resistência por meio de organizações como quilombos, o custeio de alforria por ex-escravizados, refúgio em organizações religiosas, além de revoltas, como a dos Malês. Essas ações não só representaram formas de resistência, mas também contribuíram para a construção de uma identidade coletiva e para a luta contínua por reconhecimento e igualdade, destacando a força do Movimento Negro ao longo da história.

O colorismo se manifesta nas relações sociais, no mercado de trabalho e nas representações midiáticas, onde tonalidades de pele mais claras são frequentemente favorecidas. O Movimento Negro combate esses estereótipos e promove uma narrativa que celebra a diversidade de tons de pele, questionando a associação de valor e beleza com a cor da pele.

Além disso, a interseccionalidade é um aspecto crucial nessa luta, especialmente no caso das mulheres negras, que enfrentam discriminação tanto por sua raça quanto por seu gênero. A luta contra o colorismo, portanto, deve considerar essas múltiplas camadas de opressão. O Movimento Negro

tem sido um defensor de uma abordagem inclusiva, que reconheça as várias formas de opressão enfrentadas por essas mulheres.

Iniciativas de conscientização sobre o racismo e também o colorismo são desenvolvidas por meio de campanhas, projetos culturais e educacionais que dão visibilidade a vozes negras e questionam padrões eurocêntricos. A utilização das redes sociais tem sido uma ferramenta poderosa para expandir essa mobilização e sensibilizar novos grupos para a causa.

Assim, o Movimento Negro desempenha um papel fundamental na luta contra o colorismo, promovendo a desconstrução de estereótipos e buscando a construção de uma sociedade onde a diversidade racial seja celebrada e todas as pessoas, independentemente da cor de sua pele, tenham acesso igualitário a oportunidades de reconhecimento e ascensão. A luta contra o colorismo é parte integrante da busca por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o valor de cada indivíduo seja reconhecido por suas habilidades e competências.

4.5. Colorismo e os padrões de beleza

O colorismo exerce uma influência significativa sobre os padrões de beleza e estética, ao estabelecer que características fenotípicas associadas ao tom de pele mais claro e aos traços eurocêntricos são mais valorizadas. Um exemplo disso é a observação de que muitas pessoas realizam procedimentos de clareamento de pele e alisamento de cabelo na tentativa de alterar sua aparência e adequar-se a esses padrões impostos pela sociedade. Além disso, essas práticas revelam como o colorismo pode gerar pressões intensas sobre as pessoas negras, incentivando a negação de suas características naturais em busca de um ideal estético que privilegia a branquitude.

Compreende-se branquitude como “[...] um lugar de poder social; a branquitude engloba propriedades que são importantes para a manutenção da dominação racial” (Moreira, 2019, p. 39-40). Assim, a branquitude pode ser entendida como um mecanismo estrutural que assegura que os espaços de privilégio e poder sejam acessados predominantemente por pessoas brancas, o que reforça as desigualdades raciais e a exclusão de grupos racializados.

Uma vez destacado do que se trata a branquitude, acredito ser necessário frisar o que se entende por negritude, deixando claro que essa não se assemelha à branquitude. A negritude não é um instrumento de manutenção de privilégios, mas sim um movimento e uma postura de afirmação da identidade e cultura negra. Como explicam Franceschi e Santos (2022), “[...] a negritude, por sua vez, alude à construção de uma experiência de consciência racial negra que visa fortalecer as pessoas negras e desmontar os sistemas de opressões sustentados e perpetuados pela branquitude e pelo

racismo” (Franceschi; Santos, 2022, p. 85). Esse movimento surgiu como uma resposta à opressão e ao racismo, buscando valorizar as raízes africanas e destacar o orgulho da cor, resistindo diante da marginalização histórica e social sofrida pelo povo negro.

Em relação aos padrões estéticos, Franceschi e Santos (2022) enfatizam que “[...] os padrões estéticos definem o que é e o que não é belo, delimitando, desse modo, grupos que são aceitos e grupos que são excluídos de acordo com essas normativas” (Franceschi; Santos, 2022, p. 83). Assim, a ideia de que os padrões de beleza, ou seja, as normas culturais e sociais impostas pela sociedade sobre o que é considerado bonito ou atraente, atua como um mecanismo de inclusão ou exclusão de grupos sociais. A sociedade estabelece um “modelo” de beleza, e as pessoas que não se encaixam nesses padrões acabam sendo marginalizadas ou excluídas. Esse processo não se restringe a gostos pessoais, mas envolve construções sociais ligadas a fatores históricos, raciais, de classe e de gênero. Os autores afirmam ainda que os padrões não são neutros, mas fazem parte de um sistema de poder que legitima certos grupos enquanto desqualifica outros, criando divisões que vão além da aparência física, afetando também a forma como as pessoas são tratadas e percebidas na sociedade.

Portanto, os padrões de beleza que privilegiam a pele clara e os cabelos lisos, ou até mesmo certos tipos de corpo, tendem a valorizar um grupo específico, enquanto excluem ou desvalorizam aqueles que não possuem tais características. Isso, conseqüentemente, afeta o imaginário das pessoas de cor, fazendo com que muitas vezes neguem seus traços e busquem meios de apagar suas características naturais na tentativa de se enquadrar nos padrões que lhes foram impostos.

As mídias, como canais de televisão, redes sociais e revistas, são alguns dos principais mecanismos que propagam a ideia de um padrão de beleza ideal. Esses meios de comunicação desempenham um papel importante na disseminação de informações, mas muitas vezes são utilizados de forma inadequada, ao reforçar a ideia de que o padrão de beleza ideal é o europeu (pele clara, cabelo liso). Contudo, já se nota uma mudança nesse cenário. Cada vez mais, vemos propagandas que buscam incluir pessoas negras, promovendo uma imagem de diversidade e aceitação. Ainda assim, há muito a ser feito para que essa inclusão seja plena e autêntica.

Outro ponto importante é a pouca diversidade de produtos de maquiagem. Muitas marcas de cosméticos ainda não oferecem bases, pós compactos e corretivos para mulheres com pele mais pigmentada, o que pode gerar constrangimento e forçar essas mulheres a comprar produtos em tons mais claros. Como aponta Franceschi e Santos (2022) em sua pesquisa: “[...] mulheres de tons retintos mencionaram que não conseguiam encontrar tons de maquiagem adequados para sua pele e que acabavam tendo que usar produtos em tons mais claros” (Franceschi; Santos, 2022, p. 92). Esse

cenário não apenas afeta negativamente a autoestima, mas também dificulta o processo de autoaceitação, ao reforçar a ideia de que a cor de pele dessas mulheres está fora do padrão considerado ideal.

A indústria desempenha um papel significativo na propagação do colorismo. Um exemplo disso é a oferta de produtos para clareamento de pele, que instigam um ideal único de beleza. Como destacam Pussett e Pires (2020): “A beleza associada a uma pele clara e seus benefícios interligados, difundidos pela cultura popular, vendem um *lifestyle*: branco, moderno, sofisticado, de beleza, saúde e poder” (Pussett; Pires, 2020, p. 04, grifo das autoras). Essa associação entre pele clara e beleza está profundamente enraizada na cultura popular, onde ser branco é tido como um ideal de vida. Assim, a pele clara é vinculada não apenas à beleza, mas também a um estilo de vida que envolve sofisticação, modernidade, saúde e poder. Com isso, a mídia e outras formas de cultura promovem a ideia de que quem possui a pele clara está mais próximo de alcançar sucesso e prestígio. Além de reforçar estereótipos raciais, cria-se um imaginário em que ser branco é sinônimo de status e superioridade, perpetuando desigualdades sociais.

A esse respeito, Polegato, Gonzaga e Aguiar (2024) argumentam:

Tendo em vista que o autocuidado pode ser considerado como uma das ferramentas para uma autoestima positiva, há novamente um espaço de opressão às mulheres negras criado pela indústria da beleza, pois, por meio da invisibilização de seus corpos, suas características físicas são deixadas de fora do espectro do que é considerado belo. (Polegato; Gonzaga; Aguiar, 2024, P. 105).

Os autores destacam que, embora o autocuidado seja uma importante ferramenta para favorecer a autoestima, paradoxalmente, pode ser um espaço de opressão para as mulheres negras, em decorrência da atuação da indústria da beleza. O modo como a indústria ignora os corpos negros, ao não valorizar ou representar suas características físicas, faz com que as mulheres negras sejam excluídas do que é considerado belo. Assim, ao não oferecer produtos, representações ou padrões de beleza que incluam mulheres negras, a indústria da beleza reforça a ideia de que elas não se encaixam no ideal, o que, consequentemente, prejudica sua autoestima e seu senso de pertencimento.

Polegato, Gonzaga e Aguiar (2024) ponderam ainda que uma mulher negra, ao buscar fortalecer sua autoestima por meio do autocuidado, como, por exemplo, o cuidado com a pele, depara-se com a realidade de que suas características naturais, como o cabelo crespo ou cacheado e seu tom de pele, não são valorizados pela sociedade; pelo contrário, são vistas como indesejáveis. Assim, o modelo de beleza dominante, expresso pela branquitude, é uma das formas pelas quais o colorismo se manifesta. Tais ações acarretam tensões que levam as mulheres negras a buscar modificar suas características, seja por meio do alisamento do cabelo ou pelo uso de produtos para clarear a pele,

como um esforço para se aproximar do padrão de beleza eurocêntrico. Essas pressões, além de serem opressivas, perpetuam a ideia de que a beleza negra não é válida ou desejável, reforçando a marginalização dessas mulheres.

5. POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS: O COLORISMO NA ESCOLA

Embora o colorismo seja um conceito que surgiu recentemente, trata-se de uma questão antiga e presente na sociedade. Dessa forma, o colorismo se associa a diversos outros temas que já vêm sendo debatidos nas escolas, tornando-se ainda mais possível implementar, de forma eficaz, o debate sobre o colorismo no ambiente escolar.

Como expressa Piva (2020):

A escola tem uma grande responsabilidade para com a implementação da lei 10.639/03, pois a mesma legitimou todo o processo histórico vivenciado pelo negro, abrindo espaço para a construção de uma pedagogia da diversidade que supere as discriminações ao oportunizar o acesso ao conhecimento das diferentes culturas e ao desenvolver ações afirmativas de valorização e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira. (Piva, 2020, p. 07)

Assim, a escola é vista como uma instituição fundamental para legitimar o processo histórico vivido pelos negros no Brasil, promovendo a inclusão da diversidade cultural no currículo escolar. Segundo a autora, a educação deve ir além do ensino tradicional, desenvolvendo uma abordagem que valorize as diferentes culturas e enfrente, assim, as discriminações.

O sistema educacional deve promover o reconhecimento das diversas contribuições culturais, combatendo preconceitos e incentivando ações afirmativas. Como enuncia Jesus (2021):

[...]Se a emergência das políticas de cotas possibilitasse que o Brasil, composto por uma grande população autodeclarada negra, mas que ao longo de sua história tem se autoidentificado como país mestiço e, portanto, não racializado, passasse a se reconhecer como nação plurirracial, reconhecendo e valorizando sua cultura, história e, sobretudo, as vidas negras, eu poderia dizer que as políticas afirmativas cumpriram seu papel. (Jesus, 2021, p. 132)

Portanto, é fundamental reconhecer a importância de valorizar e reconhecer a história e cultura afro-brasileira como parte integrante da identidade nacional, contribuindo para uma sociedade inclusiva e justa.

Nesse contexto, o papel da escola é possibilitar esse aprendizado, promovendo o respeito pela diversidade e dando visibilidade às histórias e contribuições que muitas vezes foram marginalizadas. Isso fortalece a construção de uma sociedade que reconhece e valoriza todas as suas raízes culturais.

O colorismo pode ser associado à educação antirracista, que busca educar as crianças para que digam não ao racismo e à discriminação, com o objetivo de que respeitem o próximo,

independentemente de raça ou etnia, valorizando a história, a identidade e a trajetória de todos os povos que constituem o país. Como frisa Piva (2021):

[...]O sucesso de pedagogias de combate ao racismo e de todas as formas de discriminação depende da desconstrução de alguns conceitos e estereótipos formados historicamente na perspectiva de uma sociedade marcada pela hierarquização das diferenças. (Piva, 2021, p. 07).

Essa desconstrução, mencionada pela autora, significa questionar e reavaliar ideias preconcebidas e normativas, muitas vezes aceitas como verdades, que, na realidade, reforçam desigualdades e injustiças. Esses estereótipos, que algumas vezes estão associados a características raciais, sociais ou culturais, ajudam a justificar a opressão de determinados grupos.

Portanto, para que as pedagogias antirracistas sejam eficazes, é necessário ir além de simplesmente ensinar sobre o racismo. Deve-se também trabalhar na transformação das mentalidades, ajudando a sociedade a entender como essas ideias foram construídas ao longo da história e como continuam a afetar a maneira como as pessoas se relacionam. Trata-se de mudar a forma como vemos e entendemos a diversidade, promovendo igualdade e respeito por todas as culturas e identidades.

O colorismo também pode ser estudado em conjunto com a diversidade cultural no ambiente escolar, promovendo a sensação de pertencimento de todos os alunos à escola, respeitando as diferenças e fortalecendo a identidade e a autoestima dos estudantes. Um instrumento que pode ser significativo nesse ensino é o estudo sobre o Movimento Negro, que foi fundamental na promoção das políticas de igualdade racial no Brasil. Como aponta Ribeiro (2008):

O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. Dessa forma, a luta histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros. (Ribeiro, 2008, p. 990)

O estudo desse movimento é importante, pois foi crucial para a implementação de políticas de igualdade racial no Brasil, oferecendo uma dimensão histórica e política essencial para o debate no ambiente educacional.

O colorismo também pode ser abordado no contexto da inclusão social, promovendo igualdade na aprendizagem e diversidade. Dessa maneira, permite-se que as crianças compreendam que não precisamos diferenciar as pessoas e que devemos conviver em sociedade, sempre tendo como foco o respeito e abandonando quaisquer atos de preconceito e discriminação.

Além disso, é imprescindível incluir autores e autoras negros(as) no contexto escolar, tanto na grade curricular quanto em eventos que se tornem parte do cotidiano da escola, com periodicidade. Um exemplo seria a criação de um projeto com a temática “Esse(a) autor(a) me representa”, que

permitiria às crianças se identificarem não apenas com histórias de opressão e discriminação, mas também com conquistas, como a luta pela liberdade de expressão que a população negra tem alcançado ao longo do tempo.

O combate ao racismo na educação requer uma mudança profunda nas estruturas de pensamento, rompendo com os estereótipos e preconceitos que, historicamente, mantêm as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colorismo, embora recentemente mais discutido como conceito amplamente difundido, é uma prática histórica profundamente enraizada na sociedade brasileira, herança dos séculos de colonialismo e escravidão que perpetuaram a valorização da branquitude. Sua complexidade exige que seja analisado não apenas como uma forma de preconceito, mas como uma manifestação interligada a sistemas estruturais de racismo, discriminação e patriarcado.

A educação desempenha um papel central na promoção de uma pedagogia antirracista que desafie estereótipos históricos e ofereça espaço para a desconstrução de conceitos raciais normativos. Incluir o colorismo no debate escolar, em consonância com a Lei 10.639/03, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, é essencial para reconhecer e valorizar a diversidade racial do país. O estudo do Movimento Negro e a visibilidade de autores e autoras negras reforçam o compromisso com uma educação que promova a autoestima e o senso de pertencimento de alunos historicamente marginalizados.

Ao utilizar obras acadêmicas e textos sobre colorismo e racismo como apoio, este estudo reforça a importância de expandir o escopo da educação antirracista para incluir discussões sobre colorismo. Embora muitas escolas já abordem temas como imigração e diversidade cultural, questões mais profundas, como a discriminação baseada na tonalidade de pele, ainda são pouco exploradas. A ausência dessas discussões impede que os alunos tenham uma visão crítica e abrangente das desigualdades raciais que afetam a sociedade brasileira.

Portanto, é fundamental que as práticas pedagógicas e os currículos escolares incluam debates que contemplem as múltiplas camadas do racismo, incluindo o colorismo. A introdução desse tema, aliada à ampliação do debate sobre políticas públicas de combate ao racismo, ajudará os alunos a compreenderem as interseccionalidades entre raça, classe e gênero, ampliando sua consciência social e crítica.

O enfrentamento do colorismo e de outras formas de discriminação requer um compromisso coletivo com a justiça social, uma responsabilidade que recai sobre toda a sociedade, não apenas sobre os educadores. A educação antirracista, ao abordar essas questões nas escolas, pode se tornar um catalisador de transformações, oferecendo aos estudantes ferramentas para questionar normas estabelecidas e construir uma sociedade em que todas as identidades sejam reconhecidas e respeitadas.

Por fim, a educação antirracista, ao incluir a discussão do colorismo, vai além da simples exposição sobre o racismo; ela busca transformar mentalidades, rever estereótipos e promover uma convivência baseada no respeito e na igualdade. A inclusão desses temas no ambiente escolar é fundamental para garantir que os estudantes se tornem cidadãos críticos, conscientes da pluralidade racial do Brasil e capazes de agir em prol de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ABE, Stephanie Kim.** 20 anos da Lei 10.639: por mais avanços rumo à uma educação antirracista. **Cenpec**, 2023. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/noticias/20-anos-da-lei-10-639?campaign=20103032771&content={ads}&keyword=lei%2010.639&gclid=CjwKCAjw-ymkBhBMEiwAlrMeF-6DvsnEU4Q-AwzJuNK0T6c_zDVHZ37kddF0wu4ToMcbI4NfNJZw1hoCzlUQAvD_BwE . Acesso em: 12 ago. 2024.
- BRITO, José Eustáquio de.** Educação e Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente. Ano 14 - n. 18 - dezembro 2011 - p. 57-74.
- CARVALHO, José Jorge de.** Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. **Revista Cinética**, 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.
- COSTA, Jurandir.** Prefácio da cor do corpo: a violência do racismo. Prefácio. In: SANTOS, N. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- DEVULSKY, Alessandra.** Colorismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões.** Aldieris Braz Amorim Caprini e Fernanda Zanetti Becalli (Orgs.). Vitória, ES: Edifes, 2018. Disponível em: https://edifes.ifes.edu.br/images/stories/ebook_educa%C3%A7%C3%A3o_para_as_rela%C3%A7%C3%B5es_%C3%A9tnico-raciais.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.
- FRANCESCHI, Natalyta Cosmo de Souza; SANTOS, Daniel Kerry dos.** Efeitos dos padrões estéticos da branquitude e do racismo nas experiências de mulheres negras. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8956750.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.
- GODOY, Arilda Schmidt.** Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2024.

GÓES, Juliana Moraes de. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. *REVES - Revista Relações Sociais*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv15iss4pp14741-01i>. Acesso em: 15 out. 2023

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.47, p.19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v.8, n.17, p. 155-183, ago. 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322>. Acesso em: 08 abr. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias*, Tempo soc. 26 (1), Jun 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 26 out. 2024.

JACOUB, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: TEODORO, Mário (org.). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5605. Acesso em: 18 jun. 2024.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Quem quer (pode) ser negro no Brasil? / Rodrigo Ednilson de Jesus. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. UFSC, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

LÓPEZ, L. C. Conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

MONTEIRO, Roberto A. Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora – MG, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/download/56193729/rm_capitulo_fazendo_e_aprendendo.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP**, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

NEVES, Paulo Sérgio Da Costa; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Herança colonial confrontada: reflexões sobre África do Sul, Brasil e Estados Unidos. **Rev. Estud. Fem.**, v.27, n.3, p.1-15, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n366960>. Acesso em: 14 out. 2024.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Narrativas de Thereza Santos – contribuições para a educação das relações étnico-raciais / Evaldo Ribeiro Oliveira. -- São Carlos: UFSCar, 2009.

PIVA, Caroline Tito Miranda. Educação das relações étnico-raciais e prática pedagógica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 05, Ed. 04, Vol. 02, p.49-61, abr. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104 p. ISBN 978-85-7994-079-8.

POLEGATO, Giovanna Alimenti; GONZAGA, Alvaro Luiz Travassos de Azevedo; AGUIAR, Gisele Pereira. O racismo estrutural na dermatologia brasileira. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v.7, n.1, p.98-115, jan-abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6802>. Acesso em: 16 out. 2024.

PUSSETTI, Chiara; PIRES, Isabel. A indústria do branqueamento em Lisboa: uma etnografia das práticas e produtos para o branqueamento da pele e seus riscos para a saúde dermatológica. **Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais**, Lisboa, Portugal, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200018>. Acesso em: 16 out. 2024.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p.424, set.-dez. 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo: parte I: O que significa o currículo? 2010. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/sistema/ck/files/10-%20Sacristan-%20Saberes%20e%20Incertezas%20sobre%20o%20Curriculo%20-%20Cap%201.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALMARES, Nathália Barbosa; NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dpjo/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh/#:~:text=Etnia%20refere%2Dse%20a%20%C3%A2mbito,social%2C%20pol%C3%ADtica%20e%20um%20territ%C3%B3rio>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Glênio Oliveira da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativa. *Revista Prisma*, Rio de

Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/download/45/37>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, Tainan Maria Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. Revistas Unifacs, Salvador, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/4760/3121>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v. 4.

WALKER, Alice. A cor púrpura. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2023. Tradução de Betúlia Machado, Maria José Silveira e Peg Boldelson.